

Meio ambiente

Plantas e animais exóticos prejudicam a natureza e também afetam diretamente a produção agrícola no Rio Grande do Sul



Estado divulga lista das espécies invasoras

Michelle Treichel

michelle@gazetadosul.com.br

As espécies exóticas invasoras causam apreensão em todo o Estado por sua capacidade de modificar o ecossistema, provocar a extinção das nativas e, consequentemente, ocasionar prejuízos para a economia. Com o objetivo de realizar um trabalho preventivo de controle, entidades uniram esforços para estudar os impactos dessas plantas e animais e iniciar um plano de conservação da biodiversidade. Na semana passada, na Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema/RS), foi assinada a portaria que reconhece uma listagem de 116 espécies invasoras nos municípios gaúchos.

A relação foi definida por pesquisadores do Projeto RS Biodiversidade, executado pela Emater/RS-Ascar, Fundação Zoobotânica e Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam), com a coordenação da Sema/RS. Conforme a engenheira florestal Sílvia Ziller, diretora executiva do Instituto Hórus de Desenvolvimento e Conservação Ambiental, todas as espécies do levantamento têm potencial de dano ambiental e atuam em ambientes diferentes de formas diferentes. "Algumas são predadoras, enquanto outras competem com espécies nativas", explica.

No caso das plantas, há exemplares que invadem ambientes abertos e sombreiam a vegetação nativa, que acaba expulsa. Árvores como pinus e acácia-negra têm alto consumo de água e modificam solos, enquanto plantas como ligustro e uva-do-japão in-

vadem florestas e se tornam dominantes na vegetação natural. Na agricultura, os prejuízos também são evidentes no Rio Grande do Sul. A caroba-louca é uma das maiores inimigas dos produtores e seu controle requer muita persistência e conhecimento técnico especializado.

Sílvia reforça que invasoras podem secar fontes de água e modificar a química e fertilidade do solo. A braquiária, cada vez mais disseminada pelo Estado, também é de difícil combate e pode ocupar espaços agrícolas

A braquiária, cada vez mais disseminada pelo Estado, também é de difícil combate e pode ocupar espaços agrícolas

ou braquiária no rúmen, pois vão disseminar sementes para onde forem levados. O ideal é fazer uma quarentena antes do transporte." Limpar equipamentos, tratores e pneus ao circular de uma área para outra também é fundamental, já que sementes de gramíneas africanas são facilmente disseminadas dessa forma.

Para a especialista, os agricultores são fundamentais no processo de combate às invasoras. Uma das medidas é cuidar para que as plantas usadas na produção fiquem restritas nas áreas de cultivo. "Não é recomendável vender gado com capim-annoni



■ Sílvia Ziller: espécies com potencial de dano ambiental

Saiba mais

Dentro da lista das espécies invasoras, as plantas mais comuns no Estado são pinus, braquiária, capim-annoni; uva-do-japão; ligustro; tojo; acácia-negra e caroba-louca. No caso dos animais, os mais frequentes são javali; rã-touro; tilápia-do-Nilo; carpas; trutas; abelha africana; entre outros. Todos os dados do Estado estão organizados na Base de Dados Nacional de Espécies Exóticas Invasoras, mantida pelo Instituto Hórus (www.institutohorus.org.br), onde é possível fazer buscas e acessar informações sobre impactos, manejo e características das espécies.



Biodiversidade

Animais nativos sofrem com mudanças

A introdução de animais de outros países, continentes ou regiões próximas sempre causa impacto negativo ao ambiente, já que eles invadem o nicho ecológico que antes estava ocupado por espécies nativas. Conforme o professor do Departamento de Biologia e Farmácia da Unisc, Andreas Köhler, nas espécies de maior porte o impacto se dá principalmente devido à falta de predadores. "Elas não têm inimigos naturais para serem controladas e conseguem se estabelecer no ambiente", explica.

A consequência é que a população de muitos bichos nativos acaba diminuindo ou desaparecendo, comprometendo toda a cadeia alimentar, o que pode levar ao colapso total do ecossistema. Em Santa Cruz do Sul, por exem-

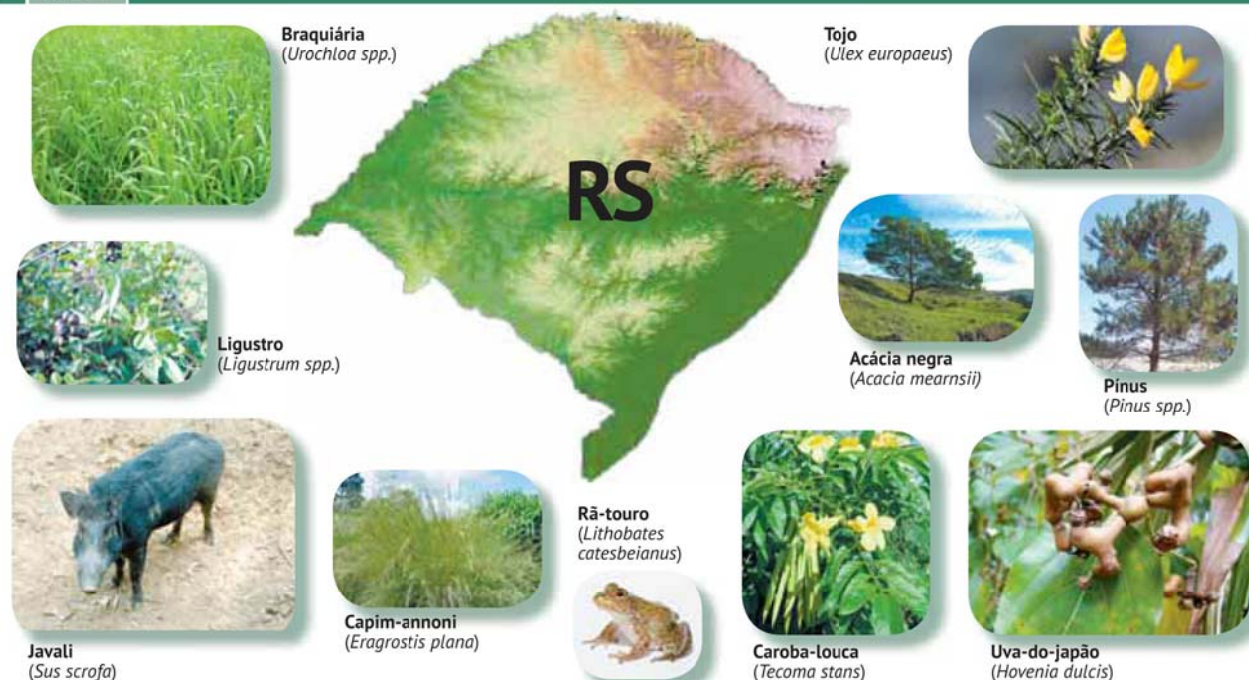
plo, a entrada da rã-touro-americana (*Rana catesbeiana*) nos lagos do Parque da Gruta fez reduzir de 18 para cinco o número de anfíbios no local. Köhler lembra como a introdução de carpas no Estado para produção na piscicultura também tem sido prejudicial.

"Os espaços nos açudes, rios e lagos estão ficando cada vez mais ocupados por esses peixes, causando sofrimento aos nativos. As carpas não comem outros peixes, mas roubam espaço e alimento", esclarece. O professor destaca que nos dias atuais é possível pescar carpas e tilápias em toda a extensão do Rio Pardiño com facilidade. "No ano passado foi pescada uma carpa de 10 quilos no Arroio Andreas, que tem corpo de água de menor porte."

Culpa de quem?

O professor do Departamento de Biologia e Farmácia da Unisc, Andreas Köhler, reforça que as espécies exóticas são quase exclusivamente introduzidas nos ambientes pela ação do homem, proposital ou acidentalmente. Outra forma de transporte passível é através dos recursos hídricos, já que várias espécies foram trazidas de outros continentes com a água de lastro de grandes embarcações. "Já a distribuição de pequena distância pode acontecer pelo transporte passivo ou introdução ativa das espécies", justifica.

ESPÉCIES



Rãs-touro são comuns na região

Em meados dos anos 90, a criação comercial de rãs-touro foi ventilada como possibilidade de renda no Estado. Na região, diversos produtores investiram no negócio, que acabou não se confirmando pelas dificuldades de manejo na alimentação e pela escassez de mercado para a carne. Segundo o zootecnista **Paulo Werner** (foto), da Secretaria Municipal de Agricultura de Santa Cruz do Sul, muitos desses animais acabaram na natureza, onde não encontraram dificuldades para se adaptar.

Com procriação rápida, logo as rãs-touro se tornaram um problema para a piscicultura, especialmente em uma época onde os alevinos eram inseridos nos açudes com menos de quatro centímetros. Além de comerem os filhotes de peixes, esses anfíbios competiam na alimentação, já que também comem a ração destinada às criações comerciais. "Com os avanços da piscicultura moderna, hoje os problemas de infestação são mais sazonais", explica.

A recomendação aos piscicultores, reforçada pelo secretário da Associação Santa-cruzense de Produtores de Peixe (ASPP), é manter as margens dos reservatórios sempre roçadas e aplicar cal virgem nas áreas depois das pescas. Werner lembra que atualmente a maioria dos produtores também aposta nos alevinões, que são mais resistentes aos predadores. "Hoje em dia ainda há rãs nas propriedades, mas não prejudicam mais os negócios."



Uva-do-japão ameaça a mata

A árvore conhecida como uva-do-japão (*Hovenia dulcis*) tem sido um problema em todo o Rio Grande do Sul, principalmente porque elimina outras plantas por alelopatia – não deixa as nativas germinarem ou crescerem em sua sombra. O professor de Botânica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Jair Putzke, explica que a espécie cresce muito mais rapidamente e acelera a erradicação das outras árvores. "A planta não encontra restrições na natureza, pois adora qualquer tipo de solo e disponibilidade de água."

Com abundante frutificação no inverno, quando há pouco alimento para a fauna, a uva-do-japão acaba sendo disseminada pelos próprios animais, de criação e nativos, que comem seus frutos. As sementes passam intactas pelo trato digestório e são levadas para novas áreas. As águas dos rios também auxiliam na propagação da variedade, uma vez que a correnteza carrega as sementes ao longo das margens. Putzke lembra que a árvore foi introduzida no Estado para fins ornamentais, de sombra e como fonte energética, especialmente para queima em fogões e estufas de tabaco.

O botânico esclarece que hoje ainda não existe uma forma de controle da uva-do-japão, principalmente quando ela ocorre no interior das florestas. "Se a derrubarmos, prejudicariamos as nativas na queda. Ao mesmo tempo, temos muitos animais que dependem dela no inverno, quando a comida é escassa, ainda mais com a baixa produtividade do pinhão, pior a cada ano." Para o especialista, o anelamento é uma boa opção, mas somente se for feito da forma adequada. Testes são conduzidos na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) para analisar a eficácia do método.

Outra possibilidade de combate à espécie é o controle nativo, com a ajuda de variedades da própria região. "A figueira é parasita de outras árvores e está gostando das uvas japonesas." Atualmente o Cinturão Verde, em Santa Cruz, está tomado dessa invasora. "Recomendo um projeto para introduzir figueiras sobre esses indivíduos. Assim garantiremos para o futuro uma mata muito linda, embelezando nosso cartão-postal." O professor ressalta que as figueiras também oferecem abrigo e são fonte de alimento, em diferentes estações. ■